

## A TENDÊNCIA DE INDIVIDUALIZAÇÃO DO TRABALHO AGRÍCOLA NO SEIO DAS FAMÍLIAS DA REGIÃO SUL DO BRASIL NA DÉCADA DE 90

de Souza , Marcelino<sup>1</sup>

Recibido: 16/09/04 Aceptado: 16/11/04

### RESUMEN

La individualización consiste en la idea de que el proceso de producción agrícola pasa a ser dirigido por una única persona, siendo ella la responsable directa por su desempeño oponiéndose a la noción tradicional de funcionamiento familiar. Para ilustrar la presencia de este aspecto en la Región Sur del Brasil se utilizó las tabulaciones especiales de los micro datos de las Pesquisas Nacionales de Muestras de Domicilios del período de 1992 hasta 1999. Se constató que el proceso de individualización ocurrió de manera distinta entre los miembros que componen las familias. Los resultados obtenidos muestran una tendencia de disminución significativa en los números medios de los activos agrícolas de las personas de referencia, de los cónyuges y también de los hijos (as), siendo que en estas últimas posiciones ocurren disminuciones acentuadas en el grupo que compone el universo de la agricultura familiar. Excepto en el caso de las hijas, todas las otras posiciones en las familias presentan un involucramiento simultáneo en las actividades no-agrícolas. En conclusión, las familias rurales de la Región Sur de Brasil, en especial las familias involucradas en actividades agrícolas, están en un proceso creciente de redefinición que ocurre por medio de nuevas formas de organización del trabajo implicando la necesidad de reformulación de las actuales políticas públicas.

**PALABRAS CLAVE:** Pluriactividad, actividad y ocupación agrarias, desarrollo rural.

### SUMMARY

## THE TREND OF INDIVIDUALIZATION OF THE AGRICULTURAL WORK IN THE FAMILIES OF THE SOUTHERN REGION OF BRAZIL IN THE 90'S

Individualization consists in the idea that the process of agricultural production is starting to be run by only one person, the one who is responsible for the performance of the process, opposing the traditional familiar functioning structure. In order to illustrate this occurring aspect in the south of Brazil, special tabulations of the micro data of the National Sample Home Research (PNADs) were used for the period between 1992 and 1999. It was verified that the process of individualization affects differently the members of the family. Results show reliable trends of decrease in the average number of agricultural assets of the referred families, spouses and children. Moreover, a stronger reduction was noticed on the spouses' and children's assets. Except two daughters, all the other positions in the families present simultaneous engagement with non-agricultural activities. In conclusion, rural families of the southern region of Brazil, especially the ones who are engaged in agricultural activities, are in an increasing process of redefinition that is reflected in new structures of work organization leading to a necessity of redefining the current public policies.

**KEY WORDS:** pluriactivity, agricultural engagement and activity, rural development.

---

<sup>1</sup>UFMS Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Rurais. Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural. Faixa de Camobi, km 9, Prédio 44, CEP: 97105-900. E-mail: marcelino.souza@uol.com.br, Santa Maria - RS, Brasil.

## INTRODUÇÃO

A modernização da agricultura significou uma intensa transformação na sua base técnica que, apesar de reter significação diferenciada nas regiões, acabou por determinar um novo padrão de produção e organização do agro brasileiro. Ela gerou mudanças tanto nos sistemas produtivos, como no aumento das inter-relações entre os demais setores da economia como um todo. Estas mudanças, associadas a outras de caráter demográfico e de modificações nos estilos e padrões de consumo e vida das populações rurais, implicaram evoluções importantes nas formas de organização do trabalho não só proporcionando um aumento de sua produtividade, mas também um processo cada vez maior de diferenciação do mesmo.

Dentre estas evoluções, destaca-se a questão da crescente individualização do trabalho agrícola, em especial, nas explorações que utilizam a mão-de-obra familiar da Região Sul do Brasil. Pode-se afirmar que esta individualização permite, de certa maneira, uma dissolução entre as áreas doméstica e de produção das explorações familiares.

Assim, a agricultura crescentemente estaria se reduzindo a uma atividade produtiva, enquanto a família mantém apenas o seu papel reprodutor, não mantendo sua suposta unicidade econômica e de decisões. Este fenômeno tem sido denominado de *desfamiliarização* da agricultura familiar<sup>1</sup>, aspecto de crucial importância, mas que ainda não tem despertado o interesse dos pesquisadores internacionais (Etxezarreta, 1994:147).

Segundo González & Benito (2001:344), a agricultura pode ser desfamiliarizada em duas formas: um tipo é o processo profissional de separação entre propriedade e operação ou, em outras palavras, entre direitos de propriedade e de operação. Nesse caso, a desfamiliarização ocorre quando a transmissão e o controle de recursos deixa de ser um monopólio das famílias. Mas existe um outro tipo de desfamiliarização que é a do trabalho. Fatores tecnológicos influenciam claramente nessa forma de desfamiliarização. Ela consiste em facilitar as atividades que podem ser mecanizadas, mas os processos sociais tais como a liberação de tarefas de mulheres e jovens também possuem sua influência. Isso ocorre quando uma única pessoa detém o controle da exploração agrícola, quando esses processos eram, para todos os efeitos, obra de toda a família. A forma de produção deixa de ser tradicional e

doméstica, adquirindo uma forma pessoal. Quando o agricultor necessita de mão-de-obra, ele não recorre mais em direção à família, mas busca o trabalho de terceiros. Ao mesmo tempo, a família como um todo continua detendo capacidade de tomar decisões nos principais assuntos que preocupam.

Para retratar a ocorrência da individualização do trabalho agrícola correspondente à segunda forma mencionada acima, na Região Sul do Brasil, nos anos 90, utilizam-se as evidências empíricas fornecidas pelas tabulações especiais dos microdados das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNADs).

## MATERIAIS E MÉTODOS

As informações foram obtidas através de tabulações especiais realizadas a partir das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNADs) do período 1992-1999, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Utilizaram-se os dados das PNADs porque eles têm um caráter demográfico. Todos os dados obtidos referem-se ao trabalho único ou principal que as pessoas de 10 anos ou mais tinham na semana de referência da pesquisa, normalmente a última semana do mês de setembro. Os anos selecionados foram somente os das PNADs dos anos 90 e compreenderam os seguintes: 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999<sup>2</sup>.

Para melhor delinear o aspecto econômico da família, outro critério é a utilização do conceito de trabalho na forma da "PEA restrita" para distinguir dos dados publicados das PNADs de 1992 a 1999, os quais designa-se de PEA "ampliada", conforme Graziano da Silva & Del Grossi (2001:444), em que não são consideradas as pessoas que trabalhavam na produção de autoconsumo ou na construção para uso da família, nem os trabalhadores não-remunerados que executassem tarefas em menos de 15 horas na semana. A utilização desse conceito se deve à opção pela análise do trabalho que gera valor de troca na economia familiar. Já está comprovado que o conceito de trabalho "ampliado" considerou principalmente os cuidados na horta e com pequenos animais, com valor apenas de uso para o consumo familiar (Del Grossi, 1999).

No que diz respeito à unidade de análise utilizada, esta é a chamada **família extensa**, que comporta, além da família nuclear, os parentes e agregados que vivem no mesmo

<sup>1</sup> Agricultor familiar é entendido aqui como sendo aquele que é um proprietário rural que utiliza essencialmente o seu trabalho e dos membros de sua família na gestão da unidade de produção agrícola quase sempre não contratando trabalho assalariado. Mas se reconhece que não há um consenso entre os estudiosos da questão agrária a respeito deste termo.

<sup>2</sup> Salienta-se que a PNAD não foi realizada no ano de 1991 e 1994. No primeiro caso, deve-se ao fato de que, sempre que o IBGE realiza o Censo Demográfico, não há realização de PNAD; e o segundo, devido a impedimento técnico.

domicílio. Foram deixados de lado, na análise, os empregados domésticos e pensionistas que pagam pensão ao chefe do domicílio.

A composição da família extensa se deu através da junção dos membros, segundo a sua posição na família<sup>3</sup>. Utilizou-se a tipologia do projeto RURBANO<sup>4</sup> de famílias, que as classifica por local de domicílio e posição na ocupação (empregadores, conta-própria e assalariados).

A classificação das famílias de acordo com a posição na ocupação permitiu agrupá-las em cinco tipos, a saber: 1) famílias **empregadoras com três ou mais empregados**: famílias com pelo menos um membro na posição de empregador, contratando 3 ou mais assalariados permanentes em seu negócio; 2) famílias **empregadoras com até 2 empregados**: famílias com pelo menos um membro na posição de empregador, contratando até 2 assalariados permanentes em seu negócio; 3) famílias **conta-própria**: família sem nenhum empregador, mas com um membro com negócio próprio, contando com a ajuda não-remunerada dos membros da família; e 4) famílias de **assalariados**: famílias sem nenhum empregador ou conta-própria, com pelo menos um membro trabalhando como assalariado. Além disso, as famílias com pelo menos um de seus membros ocupados foram classificadas de acordo com a atividade exercida pelos seus membros, na semana de referência, em **agrícolas**: quando todos os membros exerceram atividades agropecuárias como ocupação principal; **não-agrícolas**: famílias em que um ou mais membros declararam exercer somente atividades não-agrícolas, tanto na atividade principal como na secundária; e **pluriativas**: famílias nas quais pelo menos um dos membros exerceu uma ocupação agrícola e outro, uma não-agrícola; ou ainda, quando pelo menos um dos membros declarou exercer dupla atividade agrícola (ocupação principal e secundária) na semana de referência<sup>5</sup>.

Quanto à definição das áreas rurais, estas constituem, segundo o IBGE, as áreas restantes quando se retiram as áreas consideradas urbanas. Por questões metodológicas

da amostragem, o IBGE mantém fixa a área urbana e rural de um município ao longo da década, mesmo que o município venha alterar o perímetro urbano. Para contornar a questão da delimitação e atualização do perímetro urbano, o IBGE apresenta mais detalhes sobre esta situação de domicílio de forma a captar, com mais precisão, as áreas do *continuum* rural-urbano. Assim, passou a incluir as seguintes situações para a localização dos domicílios pesquisados: 1) **áreas urbanas**: áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios; 2) **áreas urbanas não-urbanizadas**: áreas localizadas dentro do perímetro urbano que não apresentam efetiva urbanização e ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas; 3) **áreas urbanas isoladas**: englobam as áreas urbanas isoladas, consideradas legalmente como áreas urbanas mas não contíguas ao núcleo do município; 4) **áreas rurais - extensão urbana**: áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios, resultado do crescimento horizontal das cidades, que ainda não foram anexadas legalmente ao perímetro urbano do município; 5) **áreas rurais-povoados**: aglomerações existentes no meio rural que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário e por possuírem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída; 6) **áreas rurais - núcleo**: aglomerados rurais isolados, cujo solo pertence a um único proprietário e que dispõem ou não de serviços e equipamentos definidores dos povoados; 7) **áreas rurais - outros**: aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculadas a um único proprietário; 8) **áreas rurais - exclusive**: áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se como áreas rurais propriamente ditas. A partir dessas novas aberturas, o Projeto RURBANO agrupou as áreas nos seguintes grupos de domicílios: **urbano** = situação 1; **periferia** = situações 2 e 4; **distritos e povoados** = situações 3, 5 e 7; e **rural agropecuário** = situações 6 e 8.

<sup>3</sup> Segundo o Manual do Entrevistador do IBGE, as posições na família são: **pessoa de referência**: pessoa responsável pela unidade domiciliar (ou pela família) ou que é assim considerada pelos demais membros; **cônjuge**: pessoa que vive conjugalmente com a pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família), com ou sem vínculo matrimonial; **filho(a)**: inclui-se o filho legítimo, enteado, adotivo ou de criação da pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) ou de seu cônjuge; **outro parente**: pessoa de qualquer outro grau de parentesco com a pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) ou do seu cônjuge; **agregado**: pessoa sem parentesco com a pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) ou com o seu cônjuge e que não paga hospedagem nem alimentação. Este artigo limitar-se-á a apresentar as informações acerca das **pessoas de referência**, **cônjuges** e **filhos**, deixando de apresentar e analisar os dados referentes aos **outros parentes** e **agregados** porque eles são de menor importância quantitativa na Região Sul do Brasil.

<sup>4</sup> O projeto é uma pesquisa mais ampla coordenada pelo Núcleo de Economia Agrícola do Instituto de Economia da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas, Estado de São Paulo), envolvendo várias instituições de pesquisas. No mesmo discute-se a relevância dos cortes rural/urbano e agrícola/não-agrícola e das atividades não-agrícolas para a população residente nas áreas rurais, através do processamento dos microdados das PNADs para os anos 90. Para maiores informações, consultar <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>.

<sup>5</sup> No caso das famílias de **assalariados**, e somente neste grupo, as famílias que combinavam atividades agrícolas com outras atividades, mas no próprio setor agrícola, foram consideradas no grupo das famílias **agrícolas** e não como famílias pluriativas. A idéia subjacente é que, se o indivíduo já é assalariado e tiver outro trabalho secundário como assalariado agrícola, ele continuará sendo assalariado agrícola.

Assim, neste artigo, considerou-se como integrantes da PEA rural somente as pessoas residentes nas áreas não-metropolitanas dos domicílios localizados no **rural agropecuário** pelo fato de que esta situação tem sua economia basicamente dependente da agricultura e de características mais próximas de áreas rurais. Também, para aprimorar a descrição dos resultados, além da situação do domicílio, a PNAD permite detalhar o tipo de município onde foi realizada a amostra. Assim, é possível identificar as regiões metropolitanas, grandes e pequenos municípios. Dessa forma, o Projeto RURBANO também agrupou essa abertura em: a) **METROPOLITANO**: representado pelo conjunto de municípios que compõem uma região metro-

politana legalmente constituída; b) **NÃO-METROPOLITANO**: representado pelo conjunto de municípios grandes e pequenos no interior dos estados, que não constituem regiões metropolitanas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A evolução do número médio de pessoas ativas nas famílias

A primeira evidência quantitativa do processo de individualização na condução do processo de trabalho agrícola pode ser percebida pelas informações contidas na Quadro 1.

**Quadro 1.** Evolução do número médio de pessoas ativas nas famílias segundo a situação de domicílio, a área censitária e o tipo de família na Região Sul do Brasil: 1992-1999

AREA CENSITÁRIA/ TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Taxa de crescimento	
								1992/1999	(% ao ano) <sup>a</sup>
<b>NÃO-METRO RURAL AGROP.</b>	2,4	2,3	2,2	2,1	2,1	2,0	2,0	-2,3	***
<b>Empreg. com 3 ou + assalal.</b>	2,2	2,1	2,4	2,4	2,4	2,1	2,0	-0,7	
<b>Agrícola</b>	<b>1,5</b>	-	-	<b>1,6</b>	<b>1,9</b>	-	<b>2,3</b>		
Pluriativo	3,1	-	2,3	3,6	2,9	2,8	2,2		
Não-agrícola	-	1,7	2,5	1,7	2,5	1,7	1,7		
<b>Empreg. com até 2 assal.</b>	2,5	2,6	2,6	2,3	2,2	2,2	2,3	-2,1	***
<b>Agrícola</b>	<b>2,5</b>	<b>2,2</b>	<b>2,3</b>	<b>2,1</b>	<b>2,1</b>	<b>2,0</b>	<b>1,8</b>	<b>-4,0</b>	***
Pluriativo	2,5	3,4	3,1	2,7	2,5	2,5	3,4	0,1	
Não-agrícola	2,0	1,6	1,6	2,4	1,7	1,9	2,0	1,5	
<b>Conta – Própria</b>	2,8	2,8	2,7	2,6	2,6	2,6	2,5	-1,6	***
<b>Agrícola</b>	<b>2,7</b>	<b>2,7</b>	<b>2,6</b>	<b>2,6</b>	<b>2,6</b>	<b>2,5</b>	<b>2,5</b>	<b>-1,4</b>	***
Pluriativo	3,5	3,3	3,2	3,3	3,0	3,2	3,1	-1,4	**
Não-agrícola	1,9	1,9	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	-0,6	**
<b>Assalariados</b>	1,8	1,7	1,8	1,7	1,6	1,6	1,7	-0,8	*
<b>Agrícola</b>	<b>1,7</b>	<b>1,5</b>	<b>1,7</b>	<b>1,6</b>	<b>1,5</b>	<b>1,6</b>	<b>1,6</b>	<b>-0,6</b>	
Pluriativo	2,6	2,8	2,7	2,6	2,6	2,5	2,5	-1,0	**
Não-agrícola	1,5	1,6	1,5	1,5	1,5	1,5	1,6	0,0	

**FONTE** - Tabulações especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Junho de 2001.

**NOTA** - a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste "t" indica a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

As informações mostram: a) uma tendência geral e significativa de queda do número médio de pessoas ativas derivada das tendências de redução apresentadas por quase todos os tipos de famílias; b) tendência significativa de queda no número médio de pessoas ativas nas famílias de conta-própria, que pode ser atribuída à queda confiável do número médio de pessoas ativas nas famílias agrícolas, pluriativas e não-agrícolas; c) tendência confiável de queda do número médio de pessoas ativas nas famílias empregadoras com até dois empregados devido, sobretudo, à tendência de declínio significativo do número médio de pessoas ativas nas famílias agrícolas desta categoria; d) tendência de queda confiável no número médio de pessoas ativas nas famílias de assalariados, derivada da tendência de queda do número médio de pessoas ativas nas famílias pluriativas.

Das tendências apresentadas, destaca-se a queda no número médio de pessoas ativas em todos os tipos de famílias rurais conta-própria. Uma explicação aceitável para este fato é a forte redução do emprego agrícola nos anos 90, conjugado a uma crise de oportunidades de ocupações não-agrícolas, fazendo com que não restem outras alternativas de inserção aos membros da família que as atividades de autoconsumo no meio rural.

Mas, considerando o ano de 1999, observa-se que, de forma geral, são as famílias rurais conta-própria as que possuem o maior número médio de pessoas ativas. A única exceção a este fato diz respeito às famílias empregadoras com até dois assalariados pluriativas e não-agrícolas, nas quais o número médio de pessoas ativas é maior quando se compara com as famílias conta-própria. As famílias conta-própria possuíam em média 2,5 membros ativos na família, enquanto as famílias dos empregados apresentavam apenas a média de 1,7, sugerindo que a existência de pelo menos um membro ocupado por conta-própria pode oferecer maiores chances de inserção de outros membros no denominado “negócio familiar”. A explicação que se propõe para esse decréscimo de pessoas ocupadas nas famílias rurais comporta vários elementos, sendo alguns deles de caráter mais demográfico e outros de natureza das próprias transformações do mercado de trabalho. Destacam-se, pela sua importância, os que seguem: a) as mudanças do contexto econômico e social, com o agravamento da crise econômica e restrição à criação de mais postos de trabalho, bem como a intensificação da modernização agrícola, que não implicou apenas uma difusão contínua de inovações tecnológicas, mas também organizacionais na produção agropecuária, sendo o exemplo mais marcante a terceirização da execução dos

trabalhos agrários que já atingiu o país, em especial os Estados da Região Sul (particularmente, Paraná e Rio Grande do Sul), conforme demonstrou Laurenti (2000); b) o crescimento do número de famílias com pessoas aposentadas e/ou pensionistas e o envelhecimento da população rural; c) o aumento da individualização no seio das famílias rurais, tornando-se cada vez mais mononucleares; d) a redução da taxa de natalidade no meio rural, conforme argumentou Carneiro (1998:102).

Como se pode observar, a individualização dos trabalhos agrários está se disseminando nas famílias rurais engajadas na produção agrícola da Região Sul do Brasil, pois o seu número vem se reduzido nos últimos anos, apesar de ainda ser de quase duas pessoas nas famílias agrícolas. Todavia, constitui-se numa atitude bastante plausível supor que o número médio de pessoas ativas por família tende a ser menor do que dois, particularmente nas regiões de maior incidência da modernização da base técnica de produção agrícola, em especial, os estados do extremo sul do Brasil (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) conforme destacaram Kageyama & Leone (2002), recentemente. O aprofundamento da discussão relativa à individualização do trabalho agrícola no seio das famílias rurais será evidenciado com a apresentação dos resultados das tabulações referentes à evolução da posição dos membros nas famílias rurais, com distinção do sexo e dos ramos de atividades.

O Quadro 2 apresenta os resultados referentes ao número médio de pessoas ativas, segundo a posição na família, denominada de “pessoa de referência”, o sexo, as atividades desenvolvidas e os tipos de famílias da região não-metropolitana rural agropecuária do Sul do Brasil.

Uma primeira observação é que os homens são, na maioria das vezes, as pessoas de referência. Vale destacar que as famílias de empregadores com até 2 empregados permanentes e de conta-própria apresentam, respectivamente, tendências gerais fortes e confiáveis de inserção nas atividades não-agrícolas. Estes dois grupos são os que compõem o universo denominado de “agricultura familiar” da Região Sul do Brasil. Ou seja, existe um crescente envolvimento das pessoas de referência destas famílias em atividades não-agrícolas.

Mesmo entre as famílias pluriativas, com exceção das empregadoras com mais de três assalariados<sup>6</sup>, tem-se uma redução do número de pessoas de referência masculinas ativas agrícolas e, paralelamente, um crescimento do número de pessoas ativas em atividades não-agrícolas.

Um comportamento que merece destaque é o das famílias empregadoras com até dois assalariados, em que

<sup>6</sup> Ainda não se tem uma explicação plausível para a ocorrência desta tendência verificada.

**Quadro 2.** Evolução do número médio das pessoas de referência ativas (PEA restrita) das famílias extensas, segundo o gênero e o ramo de atividade. Região Sul do Brasil: 1992-1999.

Tipos de Famílias	Pessoa de referência										
	Masculino					Feminino					
	agrícola		não-agrícola			agrícola		não-agrícola			
	1999	taxa de crescimento 1992/99 (% ao ano) <sup>a</sup>	1999	taxa de crescimento 1992/99 (% ao ano) <sup>a</sup>	1999	taxa de crescimento 1992/99 (% ao ano) <sup>a</sup>	1999	taxa de crescimento 1992/99 (% ao ano) <sup>a</sup>	1999	taxa de crescimento 1992/99 (% ao ano) <sup>a</sup>	
<b>Emp. com 3 ou + assal.</b>	0,4	-1,7	0,6	1,1	0,0	0,0					
Agrícola	1,0	0,7	-	-	0,0	0,0					
Pluriativo	0,6	7,2	**	0,4	-6,0	0,0					
Não-Agrícola	-		1,0	0,0	-						
<b>Emp. com até 2 assal.</b>	0,7	-2,9	***	0,3	18,1	***	0,0				
Agrícola	1,0	0,1		-		0,0					
Pluriativo	0,7	-2,8	***	0,3	23,5	**	0,0				
Não-Agrícola	-			1,0	0,3		-				
<b>Conta Própria</b>	0,8	-0,9	***	0,1	8,5	***	0,0	1,2	0,0	11,2	*
Agrícola	1,0	-0,1		-		0,0	2,7	-			
Pluriativo	0,8	-0,3		0,1	2,2	0,1	-1,4	0,0			
Não-Agrícola	-			0,9	-0,1	-		0,1	2,5		
<b>Assalariados</b>	0,5	-2,3	***	0,5	2,7	***	0,0	-1,2	0,0	8,1	**
Agrícola	1,0	0,1		-		0,0	-3,6	-			
Pluriativo	0,6	1,0		0,3	-3,0	0,0		0,0			
Não-Agrícola	-			0,9	-0,4	-		0,1	4,7		

**FONTE** - Tabulações especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Junho de 2001.

**NOTA** - a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste "t" indica a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

as tendências são fortes e confiáveis de simultânea queda do número de ativos agrícolas e de crescimento do número de ativos não-agrícolas. Esse aspecto necessitaria de um melhor aprofundamento, tomando em conta as distintas formas assumidas pela pluriatividade.

O Quadro 3 apresenta as informações que dizem respeito ao número médio de pessoas ativas e as respectivas taxas de crescimento dos cônjuges residentes na região analisada.

Como já era de se esperar, a maioria dos cônjuges são mulheres, e em quase todos os tipos de famílias, revelam-

se tendências confiáveis de queda no número de cônjuges envolvidos em atividades agrícolas.

Essas tendências apresentam-se também no número médio de cônjuges do sexo feminino ativos envolvidos em atividades agrícolas das famílias de conta-própria e empregadores com até dois empregados permanentes, grupos vinculados à agricultura familiar. Simultaneamente, verificam-se tendências confiáveis de crescimento do número médio geral e dos cônjuges femininos ativos que exercem atividades exclusivamente não-agrícolas, em especial, das famílias de conta-própria e de assalariados.

**Quadro 3.** Evolução do número médio de cônjuges ativos (PEA restrita) das famílias extensas, segundo o gênero e o ramo de atividade. Região Sul do Brasil: 1992-1999.

Tipos de Famílias	Cônjuges									
	Masculino				Feminino					
	agrícola		não-agrícola		Agrícola		não-agrícola			
	1999	taxa de crescimento 1992/99 (% ao ano) <sup>a</sup>	1999	taxa de crescimento 1992/99 (% ao ano) <sup>a</sup>	1999	taxa de crescimento 1992/99 (% ao ano) <sup>a</sup>	1999	taxa de crescimento 1992/99 (% ao ano) <sup>a</sup>		
<b>Emp. com 3 ou + assal.</b>	0,0		0,0		0,2	-1,7	0,2	19,9	**	
Agrícola	0,0		-		0,7		-			
Pluriativo	0,0		0,0		0,1	-13,2	**	0,6		
Não-Agrícola	-		0,0		-		0,2			
<b>Emp. com até 2 assal.</b>	0,0		0,0		0,4	-3,8	*	0,2	2,0	
Agrícola	0,0		-		0,4	-5,3	***	-		
Pluriativo	0,0		0,0		0,6	2,7		0,2	-4,2	
Não-Agrícola	-		0,0		-			0,5	-2,2	
<b>Conta-Própria</b>	0,0		0,0		0,6	-1,3	***	0,1	5,6	***
Agrícola	0,0		-		0,7	-0,7	*	-		
Pluriativo	0,0		0,0		0,5	0,6		0,3	0,9	
Não-Agrícola	-		0,0		-			0,5	2,7	***
<b>Assalariados</b>	0,0		0,0		0,1	-2,4	*	0,2	4,6	***
Agrícola	0,0		-		0,2	0,2		-		
Pluriativo	0,0		0,0		0,3	0,2		0,4	1,2	
Não-Agrícola	-		0,0		-			0,4	3,4	*

FONTES - Tabulações especiais do Projeto Urbano, NEA-IE/Unicamp, Junho de 2001.

NOTA - a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste "t" indica a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

O Quadro 4 introduz os dados referentes ao número médio de filhos ocupados e às suas respectivas tendências na respectiva região analisada.

Os dados expressam uma redução do número de filhos e filhas em idade ativa ocupados em atividades agrícolas na totalidade das famílias extensas e, em especial, das famílias que compõem a "agricultura familiar" do Sul do Brasil. Acrescenta-se também o fato dessa tendência se mostrar até mesmo nas famílias conta-própria e de assalariados pluriativas. Quanto aos filhos homens que trabalham em atividades agrícolas, estes apresentavam

uma média, em 1999, de apenas 0,6 pessoas nas famílias de conta-própria agrícola, enquanto que as filhas apresentavam um índice bem menor, de somente 0,2 pessoas.

Além disso, existem tendências fortes e confiáveis de queda no número médio de filhos (as) ativos das famílias de empregadores com até dois empregados permanentes, mas especialmente nas famílias de conta-própria envolvidas em atividades exclusivamente agrícolas. Pode-se observar também uma tendência de crescimento significativa do número médio de filhos ocupados em

**Quadro 4.** Evolução do número médio de filhos (as) ativas (PEA restrita) das famílias extensas, segundo o gênero e o ramo de atividade. Região Sul do Brasil: 1992-1999.

Tipos de Famílias	Filhos(as)										
	Masculino					Feminino					
	agrícola		não-agrícola			agrícola		não-agrícola			
	1999	taxa de crescimento 1992/99 (% ao ano) <sup>a</sup>	1999	taxa de crescimento 1992/99 (% ao ano) <sup>a</sup>	1999	taxa de crescimento 1992/99 (% ao ano) <sup>a</sup>	1999	taxa de crescimento 1992/99 (% ao ano) <sup>a</sup>	1999	taxa de crescimento 1992/99 (% ao ano) <sup>a</sup>	
<b>Emp. com 3 ou + assal.</b>	0,2		0,2	2,9	0,0		0,1	-9,3	*		
Agrícola	0,7		-		0,0		-				
Pluriativo	0,1		0,3	-0,6	0,0		0,0				
Não-Agrícola	-		0,3	4,6	-		0,2				
<b>Emp. com até 2 assal.</b>	0,2	-12,9	***	0,1	21,0	**	0,1	-6,4	*	0,1	3,0
Agrícola	0,2	-17,0	***	-			0,1	-4,2		-	
Pluriativo	0,5	-4,3		0,2	14,3	*	0,2			0,2	3,2
Não-Agrícola	-			0,4			-			0,1	
<b>Conta-Própria</b>	0,5	-3,6	***	0,1	2,1	*	0,2	-5,8	***	0,1	-3,1
Agrícola	0,6	-2,2	***	-			0,2	-6,0	***	-	
Pluriativo	0,5	-5,1	***	0,3	-0,6		0,3	-1,8		0,2	-5,5
Não-Agrícola	-			0,4	-3,1		-			0,2	-2,2
<b>Assalariados</b>	0,2	-5,4		0,1	1,7		0,1	-5,7		0,1	-0,2
Agrícola	0,3	-1,0		-			0,1	-1,8		-	
Pluriativo	0,4	-6,0	**	0,2	1,8		0,1	-8,6		0,3	-1,3
Não-Agrícola	-			0,3	-1,5		-			0,2	-1,8

**FONTE** - Tabulações especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Junho de 2001.

**NOTA** - a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste "t" indica a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

atividades não-agrícolas nas famílias de empregadores com até dois empregados e de conta-própria, ainda que o número médio, em 1999, fosse extremamente pequeno.

Apesar das tendências confiáveis de crescimento dos filhos em atividades não-agrícolas, essas não têm sido suficientes para compensar a redução do número de filhos em atividades agrícolas. Neste particular, Camarano & Abramovay (1999) destacam que a novidade revelada pelos dados demográficos, nos anos 90, é que, no caso da Região Sul, apesar de não se esperar um declínio tão significativo da população existente atualmente no campo, inclusive porque existe um pequeno contingente populacional nela residindo, o que se verifica é uma

tendência de alteração na composição etária e por sexo do êxodo rural. A conjugação das tendências de êxodo apresentadas pelos jovens e a de envelhecimento de parte da população rural conduz ao aparecimento do celibato masculino no Brasil expressão mais flagrante do declínio e esvaziamento social do campo.

Em resumo, quem atualmente se ocupa em atividades agrícolas são os pais homens, contando com a ajuda parcial, e cada vez menor, dos filhos e filhas, como também da esposa. A análise da situação da Região Sul apresenta uma particularidade quando comparada com o Brasil, apresentada por Del Grossi & Graziano da Silva (2002:30) como um todo: mesmo ocorrendo uma diminuição da



participação das filhas em atividades agrícolas, não se constata a ocorrência de um envolvimento simultâneo das mesmas em atividades não-agrícolas, o que parece uma questão importante a ser mais bem explicada por meio de outros estudos.

## CONCLUSÕES

Este artigo mostrou a ocorrência do processo de individualização do trabalho agrícola no meio rural da Região Sul do Brasil, na década de 90, através da tabulação especial dos dados das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNADs).

Ainda que o conceito de rural utilizado pelo IBGE apresente graves limitações e contribua para uma certa subestimação da população rural, pois o critério adotado possui natureza muito mais administrativa que geográfica ou econômica, considerando, por exemplo, as sedes municipais e mesmo distritais com muito poucas residências como eminentemente urbanas, pôde-se verificar que as famílias rurais da Região Sul do Brasil, em especial as famílias envolvidas em atividades agrícolas, passam por um processo complexo e crescente de redefinição que se dá, entre outros aspectos já mencionados, por meio das novas formas de organização do trabalho.

Estas novas formas de organização refletem-se na crescente diminuição do número médio de pessoas ativas, em especial, nas famílias envolvidas em atividades exclusivamente agrícolas.

O aprofundamento da análise permitiu detectar que o processo de individualização atinge de forma diferenciada os membros que compõem as famílias. Assim, tem-se uma redução importante do número médio de pessoas de referência, que geralmente são do sexo masculino, de cônjuges do sexo feminino e de filhos e filhas envolvidos em atividades agrícolas. Com exceção das filhas, todas as outras posições na família analisadas apresentam simultâneo envolvimento em atividades não-agrícolas. Observa-se também que a individualização do trabalho agrícola se encontra principalmente no que se convencionou denominar de "agricultura familiar" podendo-se afirmar que isto implica sua *desfamiliarização*.

Essa *desfamiliarização* necessita ser mais bem compreendida, pois assume características próprias. Existem indicativos de que ela possa estar ocorrendo principalmente nos estados e/ou regiões específicas onde a modernização agrícola atingiu padrões mais elevados nos anos 90. Ou seja, o meio rural da Região Sul do Brasil já não ocupa mais seus jovens nas atividades agrícolas,

fenômeno que cresce especialmente entre as mulheres (cônjuges e filhas).

Em algumas partes da Região Sul do Brasil, em especial onde as atividades não-agrícolas ainda são de menor importância na geração de ocupações e de renda para as populações e onde a modernização agrícola foi mais acentuada, tem-se, desde algum tempo, mudanças demográficas importantes com um forte declínio das faixas etárias ativas. Assim, é visível o esvaziamento social do campo, um declínio demográfico que atinge dimensões graves, pois a renovação das gerações torna-se cada vez mais difícil de ser assegurada, o que pode comprometer a sustentabilidade social e econômica do campo.

Por isso, a revitalização do meio rural constitui-se em assunto de especial relevância e deve pautar as discussões acerca das novas políticas para o rural brasileiro, em especial da Região Sul. Políticas rurais inovadoras precisam ser implementadas rapidamente, considerando a multifuncionalidade do meio rural, além, é claro, da ampliação das formas de transferência de rendas, no caso de regiões onde a agricultura torna-se insuficiente para assegurar níveis de ocupação e de renda capazes de propiciar a integração econômica e social das populações rurais visando à construção da cidadania plena.

## BIBLIOGRAFIA

- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. 1999. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Texto para Discussão. Nº 621. IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Rio de Janeiro.
- CARNEIRO, M. J. 1998. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: Mundo Rural e Política. Editora Campus. Rio de Janeiro.
- DEL GROSSI, M. E. 1999. Evolução das Ocupações Não-agrícolas no Meio rural Brasileiro: 1981-1995. 220f. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.
- DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J. 2002. O Novo Rural: uma abordagem ilustrada. IAPAR (Instituto Agrônomo do Paraná), V.II. Londrina-PR.
- ETXEZARRETA, M. 1994. Trabajo y agricultura: los cambios del sistema de trabajo en una agricultura en transformación. Agricultura y Sociedad, n.72, p. 121-166. Julio-Sept. España.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. 1997. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio (PNAD). Rio de Janeiro.

GONZÁLEZ, J. J.; BENITO, C. G. 2001. Profession and Identity. The case of family farming in Spain.. Sociologia Ruralis, Vol 41, Number 3, July. UK, USA.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. 2001. Rural nonfarm employment and incomes in Brazil: patterns and evolution. World Development, v. 29, n.3, p. 443-453. Elsevier Ltd. Great Britain.

KAGEYAMA, A.; LEONE, E. T. 2002. Trajetórias da modernização e emprego agrícola no Brasil, 1985-1996. Revista de Economia e Sociologia Rural. Vol.40, n. 1, p. 9-25. Brasília - DF.

LAURENTI, A. C. 2000. Terceirização na produção agrícola: a dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola. Boletim Técnico N° 63. IAPAR (Instituto Agrônomo do Paraná). Londrina - PR.